

II Fórum de Espiritualidade termina com relato de paciente sobre o poder da fé





O II Fórum da Comissão de Saúde & Espiritualidade, realizado nessa quarta-feira (2), terminou com a conferência “Fé para o impossível”, apresentada pela pastora da Igreja Internacional Luz às Nações Renee Murdoch. “Depois de ouvirmos vários médicos sobre a importância da fé no processo de cura, temos agora a oportunidade de ouvir a experiência de uma paciente”, afirmou a presidente da mesa e 2ª vice-presidente do CFM, Rosylane Rocha.

O evento já está disponível no canal do CFM no YouTube e pode ser visto [AQUI](#)

Na sua palestra, Renee falou da sua recuperação após sofrer traumatismo craniano e entrar em coma depois de ser atacada, no Rio de Janeiro, por um morador de rua. “Deus esteve ao meu lado o tempo todo e começou a fazer milagres nas pequenas coisas, como no rápido atendimento da ambulância e na decisão da médica de me mandar para o hospital Geral Miguel Couto, onde tive um atendimento impecável”, relatou.

Norte-americana, a pastora elogiou a qualidade da medicina brasileira. “Devo muito aos médicos brasileiros”, agradeceu. Segundo a palestrante, suas chances de sobrevivência eram mínimas (estive no coma grau 4 e teve perda de massa encefálica), mas graças ao apoio familiar e às orações recebidas conseguiu se recuperar rapidamente. “Foram 23 milagres, que atribuo à fé do meu marido, Philip, e às muitas orações que recebi no Brasil e no mundo”, contou.

A história da recuperação de Renee Murdoch está contada no filme [“Fé para o impossível”](#), lançado ano passado (2025), e no livro “Dê a volta por cima”, de sua autoria. A pastora enfatizou a importância do trabalho médico, do hospital e do seu próprio esforço pessoal, que fazia terapias na Rede Sarah três vezes por semana, mas destacou que a fé foi essencial.

A neurocirurgiã Mariangela Barbi Gonçalves, que acompanhou o processo de cura de Renee Murdoch e participou da conferência, destacou a importância da atitude do médico diante de pacientes com pouca chance de sobrevivência. “Um prognóstico negativo não é uma sentença. O médico também tem de trabalhar com a fé do paciente”, afirmou.

Para Rosylane Rocha, que encerrou a palestra, é importante que o médico e o hospital permitam que o paciente viva a sua experiência de fé. “Isso aconteceu no caso da Renee, quando o hospital deixou fluir todas as demonstrações de apoio e carinho, e deveria ser rotina nos demais estabelecimentos”, defendeu.

XIII Congresso Brasileiro de Direito Médico do CFM vai debater os impactos das decisões judiciais na relação médico-paciente

Com o tema “Medicina em transformação: direito, tecnologia e responsabilidade”, XIII Congresso Brasileiro de Direito Médico reunirá médicos e advogados em Brasília.



O Conselho Federal de Medicina (CFM) vai reunir mais uma vez médicos e advogados para debaterem a relação entre medicina e direito e como as decisões judiciais afetam a saúde dos brasileiros. Com o tema “Medicina em transformação: direito, tecnologia e responsabilidade”, a autarquia vai promover, na sede da entidade, em Brasília, nos dias 17 e 18 de novembro, o XIII Congresso Brasileiro de Direito Médico do CFM.

As inscrições estarão abertas a partir do dia 17 de outubro.

Programação – O evento será debatido em cinco painéis, que debaterão temas como o impacto das decisões do STF na atividade médica, desmistificando a medicina defensiva, novas responsabilidades na prática médica, o ato médico em risco, novas fronteiras no direito regulatório, e o direito médico na era da inteligência artificial.

Dentro dos painéis, serão aprofundados debates sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7265, que tratou da validade da lei nº 14.454/22, que derrubou o caráter estritamente taxativo do rol de coberturas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e determinou que planos de saúde devem cobrir procedimentos fora da lista.

Também será debatido o Tema 1234 do Supremo Tribunal Federal (STF), que estabeleceu regras sobre a judicialização da saúde pública no SUS, estabelecendo regras para a responsabilidade dos entes federativos (União, Estados e Municípios), a competência da Justiça e os critérios de concessão judicial de medicamentos registrados na Anvisa, mas não incorporados às listas do SUS.

Entre os palestrantes, estão a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Morgana de Almeida, o juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) Aragonê Nunes Fernandes, diretores da Anvisa e o presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira.

“Em todas as doze edições do Congresso de Direito Médico do CFM, advogados e médicos travaram debates acalorados sobre os limites e responsabilidades de cada uma das profissões em prol da melhor saúde possível para o paciente. Acredito que essa também será a tônica do XIII Congresso, não só pelos temas, mas também pela qualidade dos palestrantes”, avalia o 3º vice-presidente do CFM e coordenador da Comissão de Direito Médico do CFM, Jeancarlo Cavalcante.

Fonte: [Portal CFM](#), em 03.09.2026.